

INDICADORES DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE TRÊS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO DO SUL

Renata Kerr de Souza
Milene Machado Ribeiro
Edelir Salomão Garcia

Grupo de Pesquisa: Políticas Públicas de Educação e Educação Especial
PPGE/CPAN/UFMS
Financiamento: Capes

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo conhecer como se constituído o índice de atendimento dos alunos com deficiência em três municípios de Mato Grosso do Sul, no período de 2007 a 2011. A escolha dos municípios de Ladário; Bandeirantes; e Porto Murtinho se deu por eles terem maior, médio e menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, respectivamente, entre os municípios de abrangência do Pólo de Corumbá-MS no Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Para efetivação desse estudo utilizamos fonte documental através do estudo dos Microdados do Censo da Educação para efetuar a leitura, bem como fazer o tratamento estatístico dos dados. De acordo com os índices de matrículas verificou-se que houve um crescimento das mesmas na educação básica de 2007 a 2010 e que essa decresceu no ano de 2011. Foi identificado ainda que a deficiência mental é a deficiência com maior índice de atendimento. Apesar dos dados quantitativos não dar conta de responder as questões subjetivas, muito utilizadas pelas ciências sociais, eles, nesse estudo, estão sendo fonte essencial para a compreensão do fenômeno, bem como tem demonstrado possibilidades para novos estudos.

Palavras chave: Educação Especial. Censo Escolar. Inserção Escolar

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as orientações acerca da educação de alunos com deficiências buscaram contemplar um modelo de ensino inclusivo. De acordo com Kassar (2011), a proliferação das ideias de educação inclusiva, pode-se atribuir a três aspectos fundamentais: o primeiro reflete as mudanças ocorridas pelo mundo relativas ao atendimento das pessoas com deficiência em decorrência dos conflitos bélicos; seguido do movimento de pessoas com deficiências ou de países ligados a elas, que a partir dos anos de 1950, passaram a se organizar em associações para promoção e defesa dos direitos; e por último, aos acordos e convenções internacionais.

Como resultado dos embates entre os diferentes setores da sociedade e das determinações externas ao país, Kassir (2011) reflete que nos últimos anos Educação Especial vem ganhando contorno de política pública, uma vez que, em consonância com as proposições internacionais, no Brasil visualizou-se a elaboração de leis e diretrizes que expressam o direito de pessoas com necessidades especiais a serem incluídas no sistema regular de ensino, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Resolução CNE/CEB 2/2001, da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008; 2011, entre outros.

Nessa direção, sob o enfoque legal a proposta de inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema comum de ensino passou a contemplar um número significativo de programas e ações. Entre eles: o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, lançado em 2003; o Programa Benefício da Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) na Escola, em 2007; o Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial (modalidade a distância), em 2007; o Programa de Implantação de Salas de Recurso Multifuncionais, em 2007; entre outros.

Neste contexto, é que o presente trabalho tem por objetivo conhecer como se constituído o índice de atendimento dos alunos com deficiência em três municípios de Mato Grosso do Sul, no período de 2007 a 2011.

A escolha dos municípios de Ladário; Bandeirantes; e Porto Murtinho se deu por eles terem maior, médio e menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), respectivamente, entre os municípios de abrangência do Pólo de Corumbá-MS no Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.

Esse estudo se torna relevante, pois os dados disponíveis pelos órgãos oficiais podem revelar como está o acesso desta população no sistema comum de ensino, além de possibilitar a verificação do quantitativo de deficientes inseridos em processos de escolarização, pois são esses dados que de certa maneira determinam a elaboração de políticas públicas destinadas à educação especial e às pessoas com deficiência, conforme destaca Meletti (2010).

Gatti (2004), sem desconsiderar os problemas e os limites das bases de dados quantitativos, enfatiza que sem os mesmos muitas questões da área social e educacional não poderiam ser conhecidas, estudadas e analisadas. Assim a autora (op cit) destaca que:

[...] a partir de dados quantificados, contextualizadas por perspectivas teóricas, com escolhas metodológicas cuidadosas, trazem subsídios

concretos para a compreensão de fenômenos educacionais indo além dos casuísmos e contribuindo para a produção/enfrentamento de políticas educacionais, para planejamento, administração/gestão da educação, podendo ainda orientar ações pedagógicas de cunho mais geral ou específico. Permitem ainda desmistificar representações, preconceitos, “achômetros”, sobre fenômenos educacionais, construídos apenas a partir do senso comum do cotidiano, ou do marketing. (GATTI, 2004, p.26)

Para tanto, esse relatório está organizado em quatro partes: na primeira parte apresentamos um breve histórico sobre o direito à educação do deficiente no Brasil; a segunda parte aborda os procedimentos metodológicos; na terceira apresentaremos os resultados e as análises dos dados; e na última teceremos as considerações propostas por esse estudo.

2 JUSTIFICATIVA

Historicamente, a educação especial brasileira se constituiu como um sistema paralelo de ensino e se responsabilizou pelo atendimento da população com deficiência prioritariamente nas instituições especiais privadas de caráter filantrópico (KASSAR; LAPLANE, 2010).

Segundo Glat e Fernandes (1999), o atendimento as pessoas deficientes, estava pautado num serviço paralelo, com métodos ainda com forte ênfase clínica e com currículos próprios, se constituindo originalmente como campo do saber e área de atuação, a partir de um modelo médico, que despertou a necessidade de escolarização da clientela que se encontrava misturada nos hospitais psiquiátricos, sem distinção de idade, principalmente, no caso da deficiência mental.

A década de 1950 iniciou uma rápida expansão das classes especiais, nas escolas públicas, e escolas especiais comunitárias e privadas sem fins lucrativos. O número de estabelecimentos de ensino especial aumentou entre 1950 e 1959, sendo que a maioria encontrava-se nos estabelecimentos públicos, em escolas comuns (KASSAR, 2004).

As classes especiais implantadas nas décadas de 1970 e 1980 serviram mais como um espaço de segregação para aqueles que não enquadravam no sistema regular de ensino, do que uma possibilidade para o ingresso na rede pública de alunos com deficiência, cuja maioria ainda continuava em instituições privadas (BUENO, 1993; FERNADES, 1999).

Segundo Kassar (2004), apesar das instituições de atendimento para pessoas com deficiências estarem presentes no país desde a segunda parte do século XIX, esse tema foi tratado legalmente apenas em 1961, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

À primeira LDBEN tratou da Educação Especial em dois artigos, sendo que o art. 88 propõe o atendimento ao deficiente “dentro do possível” na rede regular de ensino, enquanto que o art. 89 garante o apoio financeiro às instituições particulares consideradas eficientes aos critérios dos Conselhos Estaduais de Educação (GARCIA, E, 2000).

Em 1971, a Lei Educacional nº 5.692 que estabeleceu as diretrizes da educação de 1º e 2º graus e de acordo com o Art. 1º seu objetivo era o de “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elementos de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (BRASIL, 1971).

Segundo Garcia, E (2000), essa lei, ao referir-se à Educação Especial, destinou tratamento especial aos alunos que apresentassem deficiências físicas ou mentais, aos que se encontrassem em considerável atraso na idade regular de matrícula e ao superdotado, a ser fixado pelos Conselhos Estaduais de Educação. Nesse contexto, a educação é vista como necessária para o progresso da sociedade, pois possibilita a adaptação do indivíduo em seu meio.

Nesse momento, a Educação Especial se identifica com os “problemas de aprendizagem” surgidos no ingresso da população economicamente menos favorecida à escola com a expansão da rede pública, descaracterizando, de certa forma, os alunos com deficiência, transformando as crianças com problemas de aprendizagem e os cronologicamente atrasados, “deficientes” ou “deficientes mentais educáveis” (KASSAR, 2000, p. 145).

Durante o período de reconstrução democrática, foi promulgada, em 5 de outubro de 1988, a Constituição Federal que trouxe como marca o movimento de descentralização, caracterizando um redimensionamento das competências entre federação, estados e municípios, favorecendo um afastamento gradativo do poder federal, a partir da valorização dos poderes municipais, essa descentralização também encontra-se presente no Estatuto da Infância e Adolescência (ECA) e pela Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

No contexto de mobilização e participação social, o texto Constitucional é aprovado, concebendo a educação como direito de todos e dever do Estado e da Família no artigo 205 garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (KASSAR, 2004).

Após a aprovação da CF/88, o Brasil participou em 1990 da elaboração e assinou a Declaração e Programa da Ação da Conferência Mundial de Educação para Todos considerada um dos principais documentos mundiais sobre a educação, ao lado da Convenção do Direito da Criança (1988), bem como tornou-se signatário da Declaração de Salamanca, de 1994.

A conferência sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e qualidade trouxe importantes contribuições para o desenvolvimento de mais essa vertente da educação, em que se combinam direitos já referenciados pela Constituição Brasileira e a Declaração Universal (FISCHMANN, 2009).

Após endossar a Declaração de Salamanca, o Brasil iniciou o século com grande repercussão sobre a educação especial, inclusive no nível do discurso oficial em relação ao sistema de ensino (JANNUZI, 2004). Em atenção ao acordo firmado pelo Brasil na Conferência de Salamanca é que o MEC elaborou a Política Nacional de Educação Especial com o objetivo de estabelecer diretrizes da Educação Especial visando apoiar o sistema regular de ensino para a inserção de pessoas com deficiências, e dar prioridade ao financiamento de projetos institucionais que envolvam ações de integração (MEC/SEED, 1994).

Ainda no processo de construção do direito à educação para todos, previsto na CF/88 e nos acordos internacionais, é que foi aprovada, em 20 de dezembro de 1996, a Lei nº 9394, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Com relação à educação da pessoa com deficiência Ferreira (1998, p. 7) enfatiza “*o fato da nova LDB reservar um capítulo exclusivo para a educação especial parece relevante para uma área tão pouco contemplada, historicamente, no conjunto das políticas públicas brasileiras*”, pois esse fato acaba por reafirmar o direito à educação, pública e gratuita, às pessoas com deficiência.

No entanto, de acordo com Ferreira (1998); Kassar (2004); Garcia, E. (2000); Garcia, R. (1996) é necessário nos ater aos caminhos que essa LDBEN pode levar, pois concepções e visões equivocadas pode trazer ambiguidade no processo de implantação e implementação.

Com vista à implementação da educação inclusiva foram aprovados alguns normalizações, como: a Resolução CNE/CEB nº 02 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; Resolução CNE/CEB 4/2009, que instituiu as Diretrizes operacionais para o AEE na Educação Básica, prioritariamente na Sala de Recursos Multifuncionais, reafirmou a Educação Especial como modalidade educacional e também enfatizou o Atendimento Educacional Especializado; o Decreto nº 6.571/2008 que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, revogado pelo Decreto 7.611/2011 que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado.

Kassar e Laplane (2010) apontam a importância da educação para todos, ou seja, a não discriminação das minorias sociais, fazendo com que haja na lei e nas Políticas, mudanças enfáticas em relação à Educação e à Educação chamada de Inclusiva.

No entanto, vale retomar a advertência de Michels e Garcia (1999), quanto aos sentidos que as legislações podem desenvolver, pois de forma contraditória os instrumentos legais que, de um lado, apontam para a educação como um direito e, de outro, forjam elementos que não promovem a escolarização dos deficientes e, nesse contexto, criam-se mecanismos que em nome da inclusão podem propiciar a exclusão dos “incluídos”, ou mais precisamente seriam “os excluídos no interior” (BOURDIEU, 1998).

3 INDICAÇÕES METODOLÓGICAS

Para atender aos objetivos propostos, esse estudo contou inicialmente com a realização de um estudo bibliográfico com a finalidade de compreender as tendências expressas nos documentos oficiais, além da produção científica da área sobre diferentes temáticas, entre elas: Políticas Públicas, Educação Especial e Educação Inclusiva.

Essas leituras e análises serviram de base e aprofundamento para a compreensão do processo sócio-histórico da educação especial, principalmente, no que diz respeito ao processo de inclusão dos alunos deficientes no ensino regular e seu desenvolvimento nas zonas urbanas e rurais, bem como identificar as tendências e como a área tem se constituído na atualidade.

Para o desenvolvimento desse estudo utilizamos fonte documental através do estudo dos Microdados do Censo da Educação disponibilizado no portal do MEC. Neste

contexto, para efetuar a leitura, bem como fazer o tratamento estatístico dos dados foi utilizado o programa Statistical Package for Social Sciences (SPSS).

Para organização dos dados foram elaboradas tabelas simples por frequência, com a finalidade de elucidar o número de matrículas; tipo de atendimento, nível de escolarização, modalidade de ensino; tipo de deficiência; entre outros. Através da organização e do estudo dos dados quantitativos far-se-á uma leitura aprofundada de abordagem qualitativa que possibilite a análise dos impactos sociais e políticos do fenômeno.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desse estudo foram coletados, como dito anteriormente, por meio dos Microdados do Censo da Educação Básica disponibilizados pelo INEP. Vale destacar que os dados serão apresentados e analisados por município inicialmente para verificar as especificidades de cada um e, posteriormente, serão analisados no grupo na tentativa de verificar em que os mesmos se igualam e/ou se divergem.

O Município de Ladário, com o maior IDH-M, entre os municípios da área de abrangência do município pólo de Corumbá-MS, do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, mostrou um aumento de matrícula na educação básica nos anos de 2007 a 2010 e um decréscimo no ano de 2011. Esse crescimento e decréscimo também foram percebidos no número de matrículas dos alunos com deficiência, apesar de não acontecerem na mesma proporção, conforme pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 01: Número de matrículas na educação básica do município de Ladário

Categoria	Período				
	2007	2008	2009	2010	2011
sem deficiência	6091	6474	6577	7129	6652
com deficiência	29	46	74	95	83
Total de Matrículas	6120	6520	6651	7224	6735

Fonte: MEC/INEP: Microdados do Censo da Educação Básica 2007; 2008; 2009; 2010; e 2011

Em relação às deficiências atendidas, é notório que a deficiência mental é a que apresenta maior índice girando em torno de 50% dos alunos atendidos, seguido da deficiência física, auditiva e da baixa visão respectivamente.

Os dados referentes ao tipo de deficiência atendido a tabela 2 nos chama atenção para o crescimento em relação a deficiência mental que quase quadruplicou o número

de atendidos durante os cinco anos analisados. Ainda nessa mesma perspectiva verificou-se uma crescente a deficiência física, bem como com relação à deficiência auditiva (DA).

Com relação a essa (DA) é notório, ainda, que de 2008 para 2009 houve um acréscimo de 171% de 2008 para 2009; manutenção no número de DA atendidos em 2009 e 2010 e um decréscimo de 50% para 2011. Dessa forma, algumas reflexões começam a se fazer presentes como: O que caracteriza a esses números? Como é e por quem é preenchido o censo? O que acontece com esses alunos?

Tabela 02: Número de alunos matriculados por deficiência em Ladário

Tipo de Deficiência	2007	2008	2009	2010	2011
Cegueira	0	1	0	3	1
Baixa Visão	2	1	9	8	6
Surdez	1	1	1	3	6
Def. Auditiva	6	7	12	12	6
Surdo / Cegueira	0	0	0	0	0
Deficiência Física	3	4	9	23	19
Deficiência Mental	13	24	38	46	49
Transtornos	0	1	**	**	**
Síndrome de Down	2	5	**	**	**
Deficiências Múltiplas	2	2	4	2	5
Autismo	*	*	1	2	1
Aspenger	*	*	0	1	1
RETT	*	*	0	0	0
TDI	*	*	0	0	0
Superdotação	0	0	0	0	0
Total	29	46	74	100	94

Fonte: MEC/INEP: Microdados do Censo da Educação Básica 2007; 2008; 2009; 2010; e 2011

* Categorias que entram no sistema a partir de 2009.

** Categorias que saem do sistema

Verificou-se que o município de Bandeirantes, o que tem médio IDH-M entre os municípios da área de abrangência vivenciou no período de 2007 a 2010 uma crescente no número de matrículas na educação básica e uma diminuição desse índice no ano de 2011, no entanto o município atendeu um número maior de alunos com deficiência, nesse ano.

Tabela 03: Número de matrículas na educação básica do município de Bandeirantes

Categoria	Período				
	2007	2008	2009	2010	2011
sem deficiência	1849	1882	1922	2043	1887
com deficiência	22	46	50	43	55
Total de Matrículas	1871	1928	1972	2086	1942

Fonte: MEC/INEP: Microdados do Censo da Educação Básica 2007; 2008; 2009; 2010; e 2011.

A diferença entre o quantitativo de alunos com deficiência na educação básica (Tabela 3) e o número de alunos atendidos por deficiência (tabela 4) também se fez presente nesse município, porém ela aconteceu em todo o período em estudo (2007-2011).

Em relação às deficiências atendidas verificou-se que a matrícula está pautada na deficiência mental; múltipla e física. No entanto, o que chama atenção é a crescente matrícula em relação ao número de alunos com deficiência mental que em 5 anos cresceu mais de 3 vezes, ou seja dos 15 alunos atendidos em 2007 em 2011 havia 46 alunos sendo atendidos. Essa questão parece sinalizar o desencontro de informações, o que evidencia a necessidade de estudos que expliquem como esses dados estão sendo preenchidos, bem como conhecer quem são esses alunos e seus percursos escolares.

Tabela 04: Número de alunos matriculados, por deficiência em Bandeirantes

Tipo de Deficiência	2007	2008	2009	2010	2011
Cegueira	0	0	0	0	0
Baixa Visão	0	0	0	1	1
Surdez	0	0	0	0	0
Def. Auditiva	1	2	2	0	0
Surdo / Cegueira	0	0	0	0	0
Deficiência Física	6	6	6	9	9
Deficiência Mental	15	25	39	40	46
Transtornos	0	1	**	**	**
Síndrome de Down	4	2	**	**	**
Deficiências Múltiplas	2	15	6	9	9
Autismo	*	*	0	0	0
Aspenger	*	*	1	0	0
RETT	*	*	1	1	1
TDI	*	*	0	1	1
Superdotação	0	0	0	1	2
Total	28	51	55	62	69

Fonte: MEC/INEP: Microdados do Censo da Educação Básica 2007; 2008; 2009; 2010; e 2011.

* Categorias que entram no sistema a partir de 2009.

** Categorias que saem do sistema

O município de Porto Murtinho, com menor IDH-M apresentou os mesmos acréscimos e decréscimo de matrícula na educação básica que os municípios anteriores. Em relação a matrícula dos alunos com deficiência esse município manteve a mesma curva que o município de Ladário.

Tabela 05: Número de matrículas na educação básica do município de Porto Murinho

Categoria	Período				
	2007	2008	2009	2010	2011
sem deficiência	4954	4776	4734	4953	4857
com deficiência	29	38	45	55	49
Total de Matrículas	4983	4814	4779	5008	4906

Fonte: MEC/INEP: Microdados do Censo da Educação Básica 2007; 2008; 2009; 2010; e 2011

Entre as deficiências esse município também tem maior índice em relação a deficiência mental; seguido da deficiência física, múltipla, auditiva e surdez. Com relação a deficiência mental a de se considerar que do ano de 2008 para o ano de 2009 houve um aumento de matrícula de quase 100%, o que nos leva a questionar como esse crescimento ocorre dessa maneira? Tendo em vista que as demais deficiências apresentam oscilações, mas essas não tem tal expressividade.

Tabela 06: Número de alunos matriculados por deficiência em Porto Murinho

Tipo de Deficiência	2007	2008	2009	2010	2011
Cegueira	0	0	0	0	0
Baixa Visão	0	0	1	0	0
Surdez	5	1	1	2	0
Def. Auditiva	0	6	4	3	3
Surdo / Cegueira	0	0	0	0	0
Deficiência Física	4	6	6	8	5
Deficiência Mental	14	17	32	47	43
Transtornos	0	1	**	**	**
Síndrome de Down	4	5	**	**	**
Deficiências Múltiplas	2	4	4	5	2
Autismo	*	*	0	0	0
Aspenger	*	*	0	0	0
RETT	*	*	0	0	0
TDI	*	*	0	1	1
Superdotação	0	0	0	0	0
Total	29	40	48	66	54

Fonte: MEC/INEP: Microdados do Censo da Educação Básica 2007; 2008; 2009; 2010; e 2011

* Categorias que entram no sistema a partir de 2009.

** Categorias que saem do sistema

De acordo com os índices de matrículas verificou-se que houve um crescimento das mesmas na educação básica de 2007 a 2010 e que essa decresceu no ano de 2011. Essa mesma curva foi verificada na relação com as matrículas dos alunos com os alunos com deficiência, com exceção ao município de bandeirantes que ainda sinalizou, em 2011, um aumento no número de matrículas

Em relação aos três municípios em estudo verificou-se que a deficiência mental tem sido o maior número de alunos com deficiência atendidos, esse fato faz com que tenhamos que nos atentar para o risco histórico da proximidade entre a educação

especial e o fracasso escolar, que conforme apontado pela literatura acaba por descaracterizar a primeira. (GARCIA E, 2000; KALMUS, 2000; AMARAL, 1998).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que longe de esgotar as possíveis análises que poderiam ser realizadas a partir dos dados de matrículas contemplados nesse trabalho. A primeira constatação que podemos verificar os municípios observados ocorreu aumento nas matrículas de alunos com deficiência durante o período em estudo e que o IDH-M entre os municípios em estudo não foi um indicador que os diferenciasses, ao menos nesse momento.

Essa pesquisa está na fase inicial de análise dos dados. No entanto, verificamos que essa etapa tem se constituído em uma fonte inesgotável de possibilidades de estudos e de questionamentos, bem como traz possibilidades de análise, avaliação e subsídios para políticas, propostas e programas educacionais.

Apesar dos dados quantitativos não dar conta de responder as questões subjetivas, muito utilizadas pelas ciências sociais, eles, nesse estudo, estão sendo fonte essenciais para a compreensão do fenômeno, bem como tem demonstrado possibilidades para novos estudos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Tatiana Platzer. **Recuperando a história oficial de quem já foi aluno especial**. São Paulo, 1998. 175 p. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988. Brasília: **Imprensa Oficial**, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Acontece Especial**. Piracicaba: UNIMEP, fev.1997.

BRASIL. Ministério da Educação. SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 948, de 09 de outubro de 2007.

BOURDIEU, P.. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs). **Escritos de Educação**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 218-227.

BUENO, J. G. S.. **Educação Especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC/PUCSP, 1993.

FERREIRA, J. R.. A nova LDB e as necessidades educativas especiais. **Cadernos CEDES**, n 46, Campinas, p. 7-15, 1998.

FISCHMANN, R. Constituição brasileira, direitos humanos e educação. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 14, nº 40, jan/abr. 2009.

GARCIA, E. S. **O percurso escolar de alunos de classe especial para deficientes mentais**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Metodista de Piracicaba, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Piracicaba, 2000.

GARCIA, R. M. C.. Políticas para a educação especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Edição Especial. Marília, set./dez. 2006, v.12, n.3, p. 299-316.

GATTI, B. A.. Estudos Quantitativos em Educação. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.30, p.11-30, 2004.

GLAT, R.; FERNANDES, E. M.. Educação para todos - Saúde para todos”: a urgência da adoção de um paradigma multidisciplinar nas políticas públicas de atenção às pessoas portadoras de deficiências. **Revista do Benjamim Constant**, 5 (14), pg. 3-19, 1999.

KALMUS, Jaqueline. **A produção social da deficiência mental leve**. São Paulo, 2000. 91p. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

KASSAR, M. C. M. Percursos da Constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, v. 17, 2011, p.41-58 .

KASSAR, M. C.; LAPLANE, A. L. F. Desafios da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva em municípios brasileiros. In: **Grupo de Pesquisa no CNPq: Políticas Públicas de educação e inclusão**. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Corumbá: 2010.

KASSAR, Mônica de Carvalho M. Uma leitura da Educação Especial no Brasil. IN: GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob (Orgs.). **Caminhos pedagógicos da educação especial**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Conhecimentos e Análises da Política de Atendimento educacional ao Portador de Necessidades especiais em Mato Grosso do Sul. In: SENNA, E. (Org.). **Política Educacional de Mato Grosso do Sul na Trajetória das Políticas Sociais**. Campo Grande: UFMS, 2000.

MELETTI, S. M. F.. **A escolarização de alunos com deficiência e rendimento escolar: uma análise dos indicadores educacionais em municípios brasileiros.** 2010, 46 f. (Projeto de Pesquisa). Universidade Estadual de Londrina, Londrina: UEL, 2010.

MICHELS, M. H.; GARCIA, R. M. C.. A Nova LDB e o processo de integração de sujeitos considerados portadores de deficiências. **Ponto de Vista**, vol. 1, n° 1, jul./dez. 1999.